

ARRUDA ALVIM

EDUARDO ARRUDA ALVIM

RENNAN FARIA KRÜGER THAMAY

FERNANDO CRESPO QUEIROZ NEVES

ASPECTOS PROCESSUAIS DA INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA

EM CONFORMIDADE COM O NOVO CPC

Prefácio

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

STJ00101519
ASPECTOS PROCESSUAIS DA INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA
Em conformidade com o Novo CPC

ARRUDA ALVIM
EDUARDO ARRUDA ALVIM
RENNAN FARIA KRÜGER THAMAY
FERNANDO CRESPO QUEIROZ NEVES.



© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso *site*: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [06-2015]

Profissional

Fechamento desta edição [21.05.2015]



ISBN 978-85-203-6009-5

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES	9
AGRADECIMENTOS	11
DEDICATÓRIA	13
PREFÁCIO	15
NOTAS INTRODUTÓRIAS	17
1. DA RELAÇÃO ENTRE DIREITO PROCESSUAL E MATERIAL	23
1.1 Introdução.....	23
1.2 Relação entre o Direito Processual Civil e o Direito Civil.....	25
1.3 Relação entre o Direito Processual Civil e o Direito Comercial (Empresarial).....	27
1.4 Relação entre o Direito Processual Civil e o Direito Tributário	29
2. ASPECTOS PROCESSUAIS RELEVANTES	30
2.1 Princípios processuais	30
2.2 Jurisdição	49
2.3 Ação	54
2.4 Condições da ação	57
3. INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA	69
3.1 Introdução.....	69
3.2 Aspectos conceituais	74
3.3 Reorganização societária	77
3.4 Sucessão empresarial e suas consequências.....	78
4. EFEITOS DA INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA	84
4.1 Introdução.....	84
4.2 Efeitos materiais da incorporação societária.....	84

4.3	Efeitos processuais da incorporação societária	86
4.4	Efeitos patrimoniais da incorporação societária	87
5.	SUCCESSÃO PROCESSUAL.....	89
5.1	Introdução e aspectos centrais	89
5.2	Efeitos da sucessão processual.....	96
6.	A SENTENÇA E SEUS EFEITOS NA INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA	99
6.1	Introdução.....	99
6.2	Distinção entre efeitos da sentença e coisa julgada	105
6.3	Alcance dos efeitos da sentença na incorporação societária.....	107
7.	OS ELEMENTOS IDENTIFICADORES DA DEMANDA E DA COISA JULGADA	114
7.1	Introdução.....	114
7.2	Partes.....	117
7.3	Causa de pedir	118
7.4	Pedidos.....	120
7.5	Considerações finais.....	120
8.	A COISA JULGADA	123
8.1	Aspectos introdutórios	123
8.2	Fundamentos políticos da coisa julgada	124
8.3	Limites da coisa julgada.....	126
8.4	A coisa julgada na incorporação societária	134
9.	A COISA JULGADA E INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA NAS DEMANDAS CÍVEIS, AMBIENTAIS E COLETIVAS.....	142
9.1	Introdução.....	142
9.2	Limites	142
9.3	Alcance e casos práticos.....	145
9.3.1	Aspectos genéricos da coisa julgada	145
9.3.2	A possível (in)constitucionalidade e a coisa julgada.....	146
9.3.3	O termo de ajustamento de conduta e coisa julgada	148
9.3.4	Da garantia para suspensão da exigibilidade de débito e a coisa julgada.....	149
9.3.5	Dos inquéritos civis públicos e a coisa julgada	150
9.3.6	Da inconstitucionalidade de lei, no caso concreto, e a coisa julgada.....	151
9.3.7	Da temática a partir de quesitos práticos: dos efeitos da sucessão processual decorrente da incorporação	153

10.A INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA E SEUS EFEITOS NAS DEMANDAS TRIBUTÁRIAS	166
10.1 Introdução.....	166
10.2 Regra geral: responsabilidade integral do sucessor (incorporador)	167
10.3 As exceções introduzidas pela LC 118, de 9 de fevereiro de 2005	173
10.4 Alcance e casos práticos.....	175
11. DA EXECUÇÃO NO CASO DE INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA	179
11.1 Introdução.....	179
11.2 Requisitos.....	185
11.3 Mecanismos defensivos na execução	187
11.4 Demais aspectos da execução na incorporação societária	190
12. DA TUTELA COLETIVA NO CASO DE INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA	193
12.1 Introdução.....	193
12.2 Princípios da tutela coletiva.....	193
12.3 Noções gerais sobre a tutela coletiva.....	213
12.3.1 Direitos difusos	213
12.3.2 Direitos coletivos.....	215
12.3.3 Direitos individuais homogêneos	215
12.4 Relevantes aspectos relativos à tutela desses direitos	219
12.5 Demandas características da tutela coletiva	236
12.6 Tutela coletiva e a ocorrência da incorporação.....	244
CONSIDERAÇÕES FINAIS	249
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	251